

INSTRUÇÕES

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

TEXTO I

O Cerrado, segunda maior formação vegetal do Brasil e da América do Sul, é frequentemente subestimado em sua complexidade ecológica, sendo erroneamente categorizado como uma mera savana. Contudo, suas savanas, florestas e campos abrigam uma biodiversidade incomparável, com mais de dez mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas. Este bioma se destaca como um berço de águas, alimentando importantes bacias hidrográficas como as do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco, e influenciando diretamente o regime hídrico de vastas regiões do país. A riqueza de sua fauna, que inclui mamíferos ameaçados como o lobo-guará e a anta, e milhares de espécies de insetos e aves, sublinha a urgência de sua conservação.

Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado. A conversão de áreas nativas para lavouras e pastagens resultou em uma perda de cobertura vegetal que já atinge cerca de metade de sua área original. Essa devastação não apenas compromete a resiliência do ecossistema, mas também acelera a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e a emissão de gases de efeito estufa. Paradigmaticamente, a legislação ambiental brasileira conferiu ao Cerrado uma proteção menos robusta se comparada à Amazônia e à Mata Atlântica, o que o tornou mais vulnerável aos avanços do desmatamento legal e ilegal. A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante. A conscientização sobre a importância estratégica do Cerrado para a segurança hídrica e alimentar do Brasil é crucial para que se estabeleçam mecanismos eficazes de proteção e recuperação.

(Adaptado de O Globo, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Infere-se do texto que a relativa vulnerabilidade legal do bioma Cerrado, em comparação à Amazônia e à Mata Atlântica, é um fator determinante para a intensificação da sua degradação ambiental, uma vez que a ausência de amparo jurídico equivalente facilita a conversão de suas áreas nativas para atividades agrícolas e pecuárias.

02-(IBED) A expressão 'berço de águas', utilizada no primeiro parágrafo para caracterizar o Cerrado, manifesta uma metáfora que, no contexto, atribui ao bioma a função de uma fonte primordial de recursos hídricos, sendo responsável pela origem e manutenção de importantes bacias hidrográficas nacionais. Todavia, a substituição dessa expressão por 'região de mananciais' manteria integralmente o sentido e o impacto estilístico da frase original.

03-(IBED) No segmento 'A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante', o termo 'que' introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, contribuindo para esclarecer o tipo de 'políticas públicas'. A retirada das vírgulas que isolam essa oração não alteraria a correção gramatical, mas introduziria uma restrição ao significado de 'políticas públicas', modificando a interpretação original do autor.

04-(IBED) Considere o trecho 'Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado'. A palavra 'vigorosamente' atua como um advérbio de modo e intensifica a ação de 'avançado', indicando que o progresso da expansão agrícola ocorre de maneira potente e rápida. No contexto, se substituído por 'paulatinamente', o sentido da frase seria invertido, indicando um avanço gradual e lento, contrariando a tese de rápida devastação do bioma.

05-(IBED) O segundo parágrafo do TEXTO I apresenta uma relação de causa e consequência explícita ao conectar a expansão agrícola no Brasil com a perda de cobertura vegetal do Cerrado, a erosão do solo, a contaminação da água e as emissões de gases estufa. Essa conexão lógica é reforçada pela utilização de conjunções explicativas. No entanto, a ideia central do parágrafo concentra-se mais na descrição do problema do que na apresentação de soluções imediatas, característica que desqualifica a argumentação apresentada como plenamente persuasiva.

06-(IBED) Situação hipotética: Um novo projeto de lei proposto no congresso visa a criação de uma agência reguladora autônoma para monitorar e propor diretrizes para políticas públicas federais. Assertiva: Conforme a teoria dos ciclos de políticas públicas, a criação dessa agência impactaria diretamente a fase de formulação da agenda governamental, ao introduzir um novo ator com capacidade de balizar a entrada de problemas na pauta decisória, e a de monitoramento e avaliação, dada sua função fiscalizadora e propositiva, solidificando a transparência e a accountability no âmbito da governança pública.

07-(IBED) A distinção entre políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, proposta por Theodore Lowi na sua tipologia de políticas públicas, é fundamental para compreender os diferentes arranjos de poder e as lógicas de deliberação associadas a cada tipo. As políticas redistributivas, que buscam alterar a distribuição de bens e recursos de forma significativa na sociedade, caracterizam-se por envolverem baixos custos políticos e consensos amplos, facilitando sua implementação devido à ausência de perdedores bem definidos.

08-(IBED) O processo de federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, embora promova a autonomia dos entes federativos e a maior adequação das ações governamentais às realidades locais, frequentemente gera desafios significativos, como a assimetria na capacidade de implementação entre municípios e estados, a fragmentação da ação estatal e a dificuldade de coordenação intergovernamental, elementos que podem comprometer a efetividade e a equidade na entrega de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

09-(IBED) No contexto das políticas de institucionalização dos Direitos Humanos como políticas de Estado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, desempenha um papel meramente simbólico. Suas diretrizes, por não possuírem força de lei, não oferecem subsídio para a elaboração de programas e ações concretas que visem à efetivação dos direitos fundamentais, sendo sua implementação dependente exclusivamente de vontades políticas momentâneas e desvinculada de compromissos estatais de longo prazo.

10-(IBED) É correto afirmar que o desenvolvimento sustentável, enquanto pilar essencial das políticas públicas contemporâneas, transcende a mera proteção ambiental, englobando simultaneamente as dimensões econômica e social, de modo a garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, programas de mitigação das mudanças climáticas que negligenciam aspectos de justiça social e equidade intergeracional não podem ser plenamente qualificados como sustentáveis.

11-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do estado do Piauí, é considerado o segundo município mais antigo do estado, tendo sido elevado à condição de município em 1761, sendo precedido apenas por Oeiras. Originalmente denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, a cidade teve seu nome simplificado para Parnaguá após sua emancipação política.

12-(IBED) A etimologia do nome Parnaguá tem origem na língua tupi e significa "enseada de grande rio", derivando da junção dos termos "paraná" (grande rio) e "kûá" (enseada ou baía). Esta denominação reflete a histórica relação do município com os recursos hídricos da região sudeste do Piauí.

14-(IBED) Parnaguá está situada no extremo norte do estado do Piauí, a aproximadamente 100 quilômetros da capital Teresina, caracterizando-se por sua proximidade com o litoral e o Delta do Rio Parnaíba, o que favorece o desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas relacionadas ao ambiente costeiro.

15-(IBED) Entre os filhos ilustres de Parnaguá destaca-se João Lustosa da Cunha Paranaguá, que recebeu os títulos de 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaguá durante o período imperial brasileiro. Este personagem histórico acrescentou "Paranaguá" como seu último sobrenome em homenagem à sua cidade natal, demonstrando o prestígio e a relevância histórica do município no cenário político do Império.

16-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do Piauí, faz divisa exclusivamente com outros municípios piauienses, não possuindo fronteira com nenhum estado vizinho. Esta característica geográfica o distingue de outros municípios da região que compartilham limites com estados como Bahia e Maranhão.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição governamental almeja implementar um sistema de identificação biométrica facial em larga escala para otimizar o acesso a serviços públicos, alegando aprimoramento da segurança e eficiência. Assertiva: A utilização de tecnologias emergentes como a IA, nesse cenário, implica em profundas discussões éticas e de privacidade, dada a capacidade preditiva e de vigilância que o reconhecimento facial por IA confere. Embora possa aprimorar a governança digital, tal implementação demanda um arcabouço legal robusto e mecanismos transparentes de controle que assegurem a proteção de dados e a não-discriminação, sob pena de violar direitos fundamentais e minar a confiança do cidadão, especialmente pela suscetibilidade de algoritmos a vieses de treinamento que podem resultar em iniquidade no acesso aos serviços e na fiscalização.

17-(IBED) No contexto da Internet das Coisas (IoT), a convergência de diversos dispositivos conectados, desde eletrodomésticos inteligentes até sensores ambientais, gera um volume massivo de dados. Essa proliferação de dados exige uma infraestrutura de computação em nuvem robusta para armazenamento e processamento. Contudo, essa interconexão, embora promova eficiência e automação, atua como um vetor de fragilidades na segurança digital, pois a vulnerabilidade de um único dispositivo IoT pode comprometer toda a rede, criando novas superfícies de ataque que são, em geral, mais simples de serem gerenciadas por métodos tradicionais de segurança da informação do que por abordagens voltadas à resiliência de sistemas distribuídos e massivamente integrados.

18-(IBED) Sobre as tecnologias emergentes no cenário de governança digital, o 5G, ao proporcionar latências ultrabaixas e velocidades de conexão significativamente superiores às gerações anteriores, fomenta uma revolução. Esse avanço tecnológico tem o potencial de viabilizar aplicações de realidade aumentada e virtual em treinamentos de servidores públicos e de otimizar a comunicação entre diferentes órgãos do Estado. No entanto, sua implementação exige um investimento considerável em infraestrutura, que, se não acompanhado por políticas de inclusão digital e democratização do acesso, pode acentuar o fosso digital entre regiões e classes sociais no Brasil, transformando-se em um vetor de desigualdade ao invés de um catalisador de progresso igualitário.

19-(IBED) A Computação em Nuvem (Cloud Computing) oferece modelos de serviço como IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) e SaaS (Software as a Service), permitindo que órgãos governamentais hospedem suas aplicações e dados em infraestruturas de terceiros, como AWS, Azure ou Google Cloud. Essa abordagem, apesar de otimizar custos e escalabilidade, é intrinsecamente menos segura que a hospedagem local. A delegação da gestão da segurança a provedores externos exime o órgão público da responsabilidade pela conformidade regulatória e pela proteção dos dados sensíveis, uma vez que a segurança na nuvem é de responsabilidade integral do provedor de serviço, conformando-se ao princípio da 'nuvem zero-trust' adotado por esses provedores como padrão único e irrestrito, o que simplifica a governança de dados governamentais.

20-(IBED) Com o advento de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como ChatGPT e Google Bard, o setor público se depara com a oportunidade de otimizar processos internos, desde a redação de documentos técnicos até a resposta automatizada a questionamentos da população. No entanto, a implementação dessas ferramentas em ambientes governamentais exige uma avaliação rigorosa quanto à confiabilidade das informações geradas, o controle sobre os dados de treinamento utilizados e a potencial substituição de mão de obra humana, que pode levar a questões éticas e sociais graves. A capacidade de discernir a veracidade e a fonte da informação produzida por essas IAs torna-se um desafio central, exigindo que o usuário final detenha um alto grau de letramento digital e crítico para evitar a disseminação de notícias falsas ou dados imprecisos que comprometam a integridade dos serviços públicos.

21-(IBED) A complexidade dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) reside na interdependência entre a universalidade e a equidade, sendo esta última a materialização da primeira ao preconizar o tratamento desigual dos desiguais na medida de suas desigualdades, enquanto a integralidade se manifesta na oferta de todos os níveis de atenção à saúde, desde a promoção e prevenção até a reabilitação, sem hierarquização de acesso a serviços de média e alta complexidade, contanto que haja encaminhamento adequado.

22-(IBED) Conforme a Lei nº 7.498/1986, compete privativamente ao enfermeiro a consulta de enfermagem e a prescrição da assistência de enfermagem, bem como os cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida, os quais, entretanto, podem ser delegados a técnicos de enfermagem sob sua supervisão direta em situações de emergência e com protocolo preestabelecido.

23-(IBED) A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o modelo preferencial de organização da atenção básica no SUS, mas sua implementação não é compulsória em todos os municípios, permitindo a coexistência com outras modalidades de atenção primária, desde que respeitados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como o adscrição de clientela e o vínculo, mesmo que a cobertura não atinja 100% da população.

24-(IBED) Situação hipotética: Um enfermeiro de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) detecta que um paciente em ventilação mecânica apresenta sinais de assincronia com o ventilador, concomitantemente a uma instabilidade hemodinâmica progressiva. Assertiva: Neste cenário, a prioridade absoluta da semiologia de enfermagem é a pronta identificação da causa da assincronia, como dor, ansiedade ou aumento do trabalho respiratório, antes de qualquer intervenção farmacológica, visando otimizar a ventilação e prevenir complicações pulmonares decorrentes da interação inadequada com o aparelho.

25-(IBED) A Política Nacional de Humanização (PNH) não se limita a promover um ambiente mais acolhedor, mas incide diretamente na gestão do trabalho e na qualificação do cuidado, exigindo que os profissionais de enfermagem atuem como agenciadores de mudanças, promovendo a corresponsabilização e a autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos de saúde, embora não estabeleça diretrizes específicas para a formação acadêmica, apenas para a prática profissional.

26-(IBED) O processo de enfermagem, em suas cinco etapas interdependentes (Coleta de Dados, Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento, Implementação e Avaliação), constitui uma ferramenta metodológica que deve ser aplicada de forma inflexível e sequencial, sendo cada etapa rigidamente delimitada e não passível de sobreposição ou retroalimentação, a fim de garantir a cientificidade do cuidado, conforme preconizado pelo Conselho Federal de Enfermagem.

27-(IBED) O Programa Nacional de Imunizações (PNI) no Brasil, dada sua complexidade logística e a diversidade de vacinas ofertadas, permite que, em situações de escassez ou de não conformidade com a cadeia de frio, as vacinas sejam administradas, desde que haja um termo de consentimento informado assinado pelo paciente ou responsável, eximindo a equipe de saúde de responsabilidade por eventual perda de eficácia.

28-(IBED) A vigilância epidemiológica diferencia-se da vigilância sanitária por focar na detecção e prevenção de agravos à saúde de caráter transmissível, enquanto a sanitária se preocupa com fatores de risco e condições que afetam a saúde da população em geral, incluindo alimentos, medicamentos e saneamento básico; ambos os campos, contudo, convergem na análise de indicadores de saúde para a formulação de políticas públicas.

29-(IBED) O cálculo de doses de medicamentos, especialmente em pediatria e neonatologia, exige do enfermeiro não apenas a proficiência em aritmética, mas também a compreensão da farmacocinética e farmacodinâmica dos fármacos, a fim de ajustar volumes e concentrações à capacidade metabólica e de excreção do paciente, mesmo que a prescrição médica indique apenas a dose total diária e a via de administração.

30-(IBED) Situação hipotética: Uma enfermeira responsável pela sala de vacinação em uma UBS identifica um alto percentual de faltosos ao retorno para a segunda dose da vacina contra o sarampo. Assertiva: Na tentativa de reverter essa situação, a enfermeira deve intensificar as estratégias de busca ativa e agendamento flexível, mas também deve considerar a implementação de campanhas informativas que enfatizem a não necessidade da segunda dose por se tratar de doença viral autolimitada, caso não haja surtos locais, otimizando recursos e diminuindo a sobrecarga de trabalho.

31-(IBED) No contexto da saúde ocupacional, a atuação do enfermeiro se restringe à identificação e mitigação de riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente de trabalho, não englobando a promoção da saúde mental dos trabalhadores, que é uma função exclusiva de psicólogos e psiquiatras conforme a Política Nacional de Saúde Mental.

32-(IBED) Os cuidados de enfermagem em urgência e emergência demandam do profissional a capacidade de realizar triagem utilizando escalas de prioridade, como a de Manchester, e de iniciar protocolos de suporte básico e avançado de vida, mesmo que haja a presença do médico, e sem que a comunicação efetiva com a equipe multiprofissional seja um fator determinante para o desfecho satisfatório do paciente.

33-(IBED) A atuação do enfermeiro no pré-natal de baixo risco insere-se na lógica da integralidade do SUS, abrangendo consulta, solicitação de exames, prescrição de vitaminas e até mesmo encaminhamento para atendimentos especializados, mas a captação precoce da gestante é menos relevante do que a realização de um número mínimo de consultas, que é o critério principal de qualidade do pré-natal.

34-(IBED) Situação hipotética: Um enfermeiro em um pronto-socorro se depara com um paciente com suspeita de infarto agudo do miocárdio, cujo eletrocardiograma (ECG) inicial não apresenta alterações patológicas óbvias. Assertiva: Nesse cenário, o enfermeiro deve priorizar a coleta detalhada da história clínica e a observação de outros sinais e sintomas, enquanto aguarda a avaliação médica, dispensando a necessidade de repetir o ECG em série ou de considerar marcadores bioquímicos de lesão miocárdica nas primeiras horas, pois a ausência de alterações iniciais no ECG exclui o diagnóstico.

35-(IBED) A biossegurança em serviços de saúde impõe a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de forma padronizada e universal para todos os procedimentos, independentemente do risco de exposição, visando à proteção irrestrita do profissional, e não admitindo flexibilidade na escolha dos EPIs com base na avaliação de risco de cada situação.

36-(IBED) O manejo de resíduos de serviços de saúde (RSS) segue classificação específica por grupo, sendo que o Grupo B, de resíduos químicos, e o Grupo E, de perfurocortantes, são os que demandam maior atenção em termos de segregação, acondicionamento e descarte, porém a responsabilidade pela correta disposição final recai exclusiva e legalmente sobre a empresa contratada para o transporte, e não sobre o gerador do resíduo.

37-(IBED) A infecção relacionada à assistência à saúde (IRAS) é um indicador de qualidade assistencial e seu controle é responsabilidade exclusiva da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), não havendo implicações diretas para a prática diária de cada profissional de enfermagem na prevenção e notificação dos casos, uma vez que a coordenação é centralizada.

38-(IBED) As Políticas de Saúde da Mulher e da Criança no SUS enfatizam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, mas reconhecem que em situações específicas, como doenças maternas graves ou contraindicações formais ao aleitamento, o uso de fórmulas infantis deve ser incentivado, mesmo sem a devida orientação da equipe de saúde, para evitar a desnutrição infantil.

39-(IBED) No contexto da saúde mental, a desospitalização e a reinserção social de indivíduos com transtornos mentais graves constituem pilares da reforma psiquiátrica brasileira, sendo que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são os únicos dispositivos capazes de oferecer o suporte necessário para essa transição, desconsiderando a importância da rede de atenção básica e do apoio familiar como coadjuvantes essenciais.

40-(IBED) Situação hipotética: Um enfermeiro, ao realizar a visita domiciliar em uma área rural, encontra um idoso acamado, com lesão por pressão estágio III na região sacral, sem sinais de infecção evidente, porém com dificuldade de acesso a medicações específicas para curativo complexo. Assertiva: Neste caso, a intervenção imediata do enfermeiro deve ser orientar a família sobre a limpeza com soluções antissépticas disponíveis no domicílio e prescrever cobertura de gaze e esparadrapo para proteger a lesão de contaminação ambiental, visto que o acesso remoto dificulta outros procedimentos mais especializados.

41-(IBED) O Programa Nacional de DST/AIDS não se restringe à prevenção e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis, mas engloba também a promoção da saúde sexual, a redução do estigma e da discriminação, e a garantia do acesso ininterrupto a antirretrovirais para todos os portadores de HIV, independentemente de sua adesão a programas de prevenção ou testagem regular.

42-(IBED) A avaliação de indicadores de saúde, como mortalidade infantil, morbidade por doenças transmissíveis e cobertura vacinal, permite ao enfermeiro e à equipe de saúde identificar prioridades e planejar ações, sendo que a queda nesses indicadores é sempre um reflexo direto e exclusivo da efetividade das intervenções de saúde, sem influência de fatores socioeconômicos ou ambientais.

43-(IBED) O planejamento familiar, enquanto parte da atenção integral à saúde da mulher e do homem, deve ser abordado pelo enfermeiro de forma a ofertar todos os métodos contraceptivos disponíveis e aprovados, sempre respeitando a autonomia e a escolha informada do indivíduo ou casal, sem exercer qualquer tipo de pressão ou indução para métodos específicos, mas considerando a disponibilidade de recursos locais para a implantação de cada método.

44-(IBED) A semiótica de enfermagem, ao abordar o exame físico e a propedêutica, exige do enfermeiro a capacidade de distinguir entre achados normais e anormais, sendo que a interpretação desses achados é sempre subjetiva e demanda, para sua validade diagnóstica, a validação perante uma segunda opinião médica, inviabilizando a formulação de diagnósticos de enfermagem independentes em muitos contextos clínicos.

45-(IBED) Os protocolos assistenciais e rotinas hospitalares são instrumentos que padronizam a assistência de enfermagem, garantindo a segurança do paciente e a qualidade do cuidado, mas sua aplicação deve ser flexível para se adaptar às singularidades de cada paciente e situação clínica, permitindo que o enfermeiro, com base em seu julgamento clínico, desvie-se do protocolo, desde que justificado e registrado em prontuário.

46-(IBED) Situação hipotética: Em um centro cirúrgico, durante a cirurgia de um paciente pediátrico, a equipe de enfermagem identifica uma súbita alteração na coloração da pele do paciente, indicando hipoxemia. Assertiva: A enfermeira circulante deve, imediatamente, conferir a pressurização do balonete do tubo orotraqueal e a permeabilidade das vias aéreas, acionando simultaneamente o médico anestesista, porém, antes de qualquer intervenção, deve-se aguardar a confirmação laboratorial da hipoxemia para evitar intervenções desnecessárias.

47-(IBED) O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem preconiza o sigilo profissional como um direito do paciente e um dever do enfermeiro, admitindo-se sua quebra apenas em situações previstas em lei ou quando há risco iminente para a vida do paciente ou de terceiros, mesmo que a quebra implique em violação de privacidade e confiança, não havendo exceções para casos de notificação compulsória de doenças, por exemplo.

48-(IBED) A reabilitação em enfermagem, especialmente em pacientes com sequelas de AVC ou traumas medulares, envolve um processo contínuo de intervenções que visam restaurar a capacidade funcional e promover a máxima independência, sendo que a participação ativa da família e da comunidade é desejável, mas não indispensável para o sucesso do processo reabilitador, uma vez que o foco é primordialmente na autonomia do indivíduo e na sua força de vontade.

49-(IBED) A gestão do cuidado na atenção básica exige do enfermeiro a capacidade de integrar diferentes políticas públicas de saúde, como a PNAB, a PNH e a Política Nacional de Imunização, de forma a garantir a longitudinalidade e a resolutividade da atenção, sendo a fragmentação dos serviços um obstáculo inerente à própria estrutura do SUS, e não um fator passível de mitigação pela atuação qualificada do enfermeiro.

50-(IBED) A puericultura, enquanto conjunto de ações de saúde voltadas para o cuidado das crianças de 0 a 5 anos, tem no enfermeiro um papel central na promoção do desenvolvimento infantil, na prevenção de doenças e na orientação familiar, sendo que a identificação precoce de desvios no crescimento e desenvolvimento é mais relevante do que o acompanhamento do calendário vacinal completo para o prognóstico de saúde da criança.